

O CONCEITO GEOGRÁFICO DE REGIÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS ESTUDOS SOBRE AS QUESTÕES INTERNACIONAIS

Ricardo Luigi

Doutor em Geografia, professor do Departamento de Geografia de Campos (GRC) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG) da Universidade Federal Fluminense (UFF)¹

ricardoluigi@id.uff.br

RESUMO: O presente trabalho busca avançar no diálogo da Geografia com as Relações Internacionais, compreendendo a contribuição do conceito geográfico de região para os estudos sobre as questões internacionais. Ao compreender o estabelecimento e/ou as transformações nas regiões, por meio do processo de regionalização, pode-se compreender a região como um mecanismo de organização político-territorial. Apesar de as teorias tradicionais das Relações Internacionais ainda tenderem a enxergar a região como mero receptáculo, numa perspectiva a-espacial, o interesse pela região é crescente e se demonstra necessário para compreensão dos processos socioespaciais. Assim, a proposta apresentada neste trabalho é a de incorporar as necessárias discussões sobre a região, já consolidadas nas teorias da Geografia, na compreensão das questões internacionais contemporâneas, exemplificando com dois estudos de caso: a abordagem sobre a importância das escalas geográficas na política internacional e a questão da região nos processos de integração regional.

Palavras-chave: Região; Integração Regional; Geografia das Relações Internacionais.

THE GEOGRAPHIC CONCEPT OF REGION AND ITS IMPORTANCE FOR STUDIES ON INTERNATIONAL ISSUES

ABSTRACT: The present article aims to advance in the dialogue between Geography and International Relations, understanding the contribution of the geographic concept of region to studies on international issues. By understanding the establishment and/or transformations in the regions, through the regionalization process, we can understand the region as a political-territorial organization mechanism. Although traditional theories of International Relations still tend to understand the region as a mere receptacle, in an a-spatial perspective, interest in the region is growing and proves to be necessary for understanding socio-spatial processes. Thus, the proposal presented in this work is to incorporate the necessary discussions about the region, already consolidated in the theories of Geography, in the understanding of contemporary international issues, exemplifying with two case studies: the approach on the importance of geographic scales in international politics and the issue of the region in regional integration processes.

Keywords: Region; Regional Integration; Geography of International Relations.

EL CONCEPTO GEOGRÁFICO DE REGIÓN Y SU IMPORTANCIA PARA LOS ESTUDIOS SOBRE TEMAS INTERNACIONALES

RESUMEN: El presente trabajo busca avanzar en el diálogo entre Geografía y Relaciones Internacionales, comprendiendo el aporte del concepto geográfico de región a los estudios sobre temas internacionales. Al entender la constitución y/o transformaciones en las regiones, a través del proceso de regionalización, podemos entender la región como un mecanismo de organización político-territorial. Si bien las teorías tradicionales de las Relaciones Internacionales aún tienden a ver a la región como un mero receptáculo, desde una perspectiva no-espacial, el interés por la región es creciente y es necesario para la comprensión de los procesos socioespaciales. Así, la propuesta que se presenta en este trabajo es incorporar las discusiones necesarias sobre la región, consolidadas en la teoría de la Geografía, en la comprensión de los problemas internacionales contemporáneos, ejemplificando con dos estudios de caso: el abordaje sobre la importancia de las escalas geográficas en la política internacional y la cuestión de la región en los procesos de integración regional.

Palabras clave: Región; Integración Regional; Geografía de las Relaciones Internacionales.

¹ Endereço para correspondência: Rua José do Patrocínio, 71, Centro, CEP: 28020-385, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

Introdução

O regionalismo morreu e ressurgiu por diversas vezes, ao longo dos séculos XX e XXI, como uma agenda a ser perseguida pelos Estados e como um elemento de discussão no cenário internacional. Entretanto, seu uso como conceito difere bastante entre a Geografia e as outras áreas de conhecimento que tratam das questões internacionais.

Para a Geografia, na maior parte das vezes, quando se fala de regionalismo, se refere a uma identidade regional, sob uma perspectiva individual e, em geral, subnacional, relacionada a uma região interna de um determinado Estado-Nação. Isso se dá também na esteira de uma tradição no temário da Geografia de dispensar menor atenção às regiões supranacionais.

Para outras áreas do conhecimento que tratam das questões internacionais, especialmente nas Relações Internacionais, o regionalismo vai assumir maior protagonismo como se referindo às iniciativas de integração regional que buscam aproximar Estados que se situam em uma mesma região geográfica. O internacionalista Hurrell (1995) enxerga o regionalismo como um conceito guarda-chuva capaz de expressar fenômenos distintos, de escalas subnacionais a escalas supranacionais.

Bem antes dos geógrafos, muitos campos do conhecimento utilizam e já utilizaram os conceitos de região e de regionalismo, bem como deregionalização, integração regional, interregionalismo e outros termos correlatos. Entretanto, o estudo sobre a região foi tratado conceitualmente, com grande atenção, no decorrer da história do pensamento geográfico, em suas mais distintas correntes, enquanto que, para outras áreas, a região aparece apenas como um recorte do espaço, não raro como uma região natural.

Objetiva-se aqui, portanto, compreender a importância do conceito geográfico de região para a análise de fenômenos internacionais, como os mecanismos de integração regional, os complexos de segurança regional e os temas da política internacional em geral. Para isso, recorreu-se a uma revisão teórica no subcampo da Geografia das Relações Internacionais, relacionando as duas áreas, Geografia e Relações Internacionais, e buscando associar suas ferramentas teóricas para a análise das questões internacionais, na linha do que já vem sendo proposto por Sjöberg (2008) e por Luigi (2017; 2019; 2022).

Definindo o conceito geográfico de região

A Geografia tem sido um campo privilegiado para a discussão sobre o conceito de região, como demonstram os trabalhos de Corrêa (2002), Gomes (2007), Haesbaert (2014), Lencioni (1999), Ribeiro (2004) e Richard (2014). As diferentes acepções que podem ser encontradas no dicionário para o vocábulo região já demonstram o quão plurívoco ele é (Gomes, 2007).

O termo específico região surgiu nos tempos de hegemonia do Império Romano (denominação do período entre o ano 27 a.C. até 476 d.C. aproximadamente). “Regione” era o nome que designava as áreas que dispunham de certa autonomia, mas que permaneciam subordinadas à administração central em Roma. Alguns filósofos apontam, segundo Gomes (2007), que essa palavra se fez necessária a partir de um dado momento histórico em que surgiu a questão da centralização de um poder local com domínio sobre um amplo território.

Com o esfacelamento do Império Romano do Ocidente, as suas subdivisões, províncias, regiões e possíveis agrupamentos deram origem aos feudos. Com a ascensão dos Estados Modernos, no alvorecer da Idade Média, as “questões regionais” novamente foram trazidas à tona. Nos diversos relatos históricos relativos à constituição dos Estados europeus, nota-se a importância da “questão regional” na configuração dos novos territórios. Esse reflorescimento do termo encontra paralelo com a sua origem, de acordo com Gomes (2007) a dizer que a noção de região novamente se fez necessária, pois havia uma questão a ser resolvida entre uma autoridade central, que administrava o território, e uma diversidade espacial que precisava ser equacionada. Esse contexto propiciou não só a revalorização da noção de região, como a tornou

um elemento político central: um dos discursos preponderantes na busca por legitimidade dos Estados no século XVIII era o da “união regional em face de um inimigo comercial, cultural ou militar exterior” (GOMES, 2007, p. 51).

Todo esse conteúdo histórico enseja, de acordo com Gomes (2007), três consequências, a importância política da região, a sua vinculação espacial e a sua centralidade para a Geografia:

(...) a primeira é que o conceito de região tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial; percebemos também que esse debate sobre a região (ou sobre seus correlatos como nação), possui um inequívoco componente espacial (...); finalmente, em terceiro lugar, percebemos que a geografia foi o campo privilegiado destas discussões ao abrigar a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar a si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre esse tema (GOMES, 2007, p. 52).

O conceito de região está ligado “à noção fundamental de *diferenciação de área*, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si” (CORRÊA, 2002, p. 22). Ou seja, pode-se definir de forma mais geral que a região seja essa área que se define pelas diferenças espaciais entre determinadas porções do espaço, elegendo-se, para essa diferenciação, determinado aspecto capaz ou aspectos capazes de possibilitar(em) essa unidade interna. Esse detalhamento maior, ao dizer que a região é uma unidade espacial definida de acordo com determinadas especificidades, é trazido por Haesbaert (2014):

uma espécie de unidade espacial definida a partir de uma determinada articulação de relações socioespaciais, dotada de similaridade (“homogeneidade relativa”) e/ ou de coesão (funcional e/ ou simbólica) [além de que], evidentemente, é sempre definida a partir de sua especificidade, de sua diferenciação ou contraste – naquilo que muitos geógrafos, numa perspectiva mais tradicional, identificaram como o foco central da disciplina, a diferenciação espacial ou de áreas (HAESBAERT, 2014, p. 127).

Nesse sentido, a região é vista como um sistema espacial que se difere de sistemas vizinhos. Parece uma visão resumida da ideia de diferenciação de áreas, com a preocupação de se adaptar a uma escala supranacional, resguardado o princípio da contiguidade espacial:

a região é concebida então como um sistema espacial possível de ser distinguido de sistemas vizinhos. Falar de sistema pressupõe que suas unidades constitutivas se pareçam mais entre si do que com as unidades exteriores e que as relações entre as unidades constitutivas sejam mais intensas no interior da região do que com as unidades espaciais exteriores. A região é assimilada a um sistema, independentemente de seu tamanho, e fornece uma visão da existência de interações fortes entre os elementos vizinhos, enquanto as relações são menos fortes com os elementos externos. Todos os elementos em interação formam, portanto, uma realidade geográfica que os ultrapassa e no seio da qual cada um possui um lugar e uma função particular. (RICHARD, 2014, p. 11)

Ao traçar o histórico do conceito de região nas mais distintas correntes do pensamento geográfico, Corrêa (2002) encontra em sua gênese um vínculo com o surgimento do pensamento geográfico, já que desde a antiguidade, passando por “Varenius no século XVII, Kant no XVIII, e Humboldt e Ritter já na primeira metade do XIX” (CORRÊA, 2002, p. 8), a Geografia encontra suas motivações iniciais na diferenciação espacial, firmando “suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões (...)” (CORRÊA, 2002, p. 8), tendo como traço comum esse “princípio da diferenciação de áreas”.

Ao longo das duas primeiras escolas geográficas, resumidamente chamadas de “determinista” e “possibilista”, a região vai ter importância diferente da que possuiu no período anterior à institucionalização da Geografia. Na escola determinista, embora seja um dos conceitos principais, há um demérito da região em favorecimento dos conceitos de território e espaço. Na escola possibilista, a região e a paisagem ganharam força, embora a região tenha aparecido como região natural, confundindo-se, neste sentido, com a paisagem.

Posteriormente ao possibilismo, Corrêa (2002) defende que o terceiro paradigma da Geografia seja o “método regional”, que se opõe às correntes anteriores. Como diferencial desse método tem-se o aprofundamento das ideias que já vinham sendo tratadas por Bernhardus Varenius (1622-1650), Immanuel Kant (1724-1084), Carl Ritter (1779-1859), Ferdinand von Richthofen (1833-1905) e Alfred Hettner. No entanto, foi com o geógrafo norte-americano Richard Hartshorne (1889-1992) que o método regional atingiu seu ápice. Inspirado pela visão de região como “diferenciação de áreas”, a concepção regional de Hartshorne se destaca por ver na região uma existência concreta, cabendo ao geógrafo apenas reconhecê-la (GOMES, 2007), não a vendo como um objeto de estudo, mas como um método de apreensão da realidade².

Na chamada “análise regional” (GOMES, 2007), escola predominante a partir, aproximadamente, da década de 1930, a região passa a ser vista, de semelhante forma como ocorre nas ciências naturais, como “um caso particular de classificação” (CORRÊA, 2002, p. 18), sob uma visão matematizada do espaço e, nesse sentido, “definir regiões passa a ser um problema de aplicação eficiente de estatística” (CORRÊA, 2002, p. 32):

a região, neste novo contexto, é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares (CORRÊA, 2002, p. 32).

Regionalizar, ou seja, estabelecer regiões, passa a ser uma tarefa da Geografia para se diferenciar do senso comum. “Regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho” (GOMES, 2007, p. 63).

Com a ascensão da Geografia Crítica (também chamada de radical ou marxista), movimento iniciado no pós-2a. Guerra, mas que alcançou maior proeminência nas décadas de 1970 e 1980, a discussão sobre região voltou a ganhar força, mas em novo sentido, não mais como um elemento de classificação para atuação no espaço, e sim como um elemento passível de análise pelo seu potencial transformador, carregado de relações dialéticas entre formas espaciais e processos históricos de grupos sociais. Essa escola traz a crítica à produção de regionalizações baseadas na “análise regional” que, ao matematizar o espaço, naturalizam o capitalismo, ignorando assim o desenvolvimento espacial desigual.

A distribuição desigual dos recursos pela superfície terrestre, gerando desenvolvimentos desiguais, pode acarretar na desintegração de determinada região e em sua reintegração. Dessa forma, acredita-se que as regiões estejam sujeitas, nessa ótica, a um eterno devir, sendo refeitas de acordo com as demandas do sistema capitalista. Essa ótica permite perceber mais claramente como a região acaba funcionando também como um mecanismo de controle territorial e de organização político-territorial. A esse respeito, Gomes (2007) lembra que a região tem uma concepção administrativa bem difundida, ligada à divisão regional:

² Essa concepção sofreu muitas críticas devido ao fato de ver os fenômenos como se fossem únicos, o chamado “excepcionalismo geográfico”. Essa perspectiva regional-descritiva dificultava que a geografia alcançasse um “estatuto verdadeiramente científico” (GOMES, 2007, p. 62). Considerando-se dessa forma, corre-se o risco de ter um mundo onde todos os fatos são únicos e não há generalização capaz de produzir teorias. Além do mais, a defesa de um método geral contraria a ideia de um método científico, com a diferenciação entre as ciências se dando pelo objeto (GOMES, 2007).

A região tem também um sentido bastante conhecido como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados (GOMES, 2007, p. 53).

Da luta política e pelo controle da organização regional ocorre a redefinição das arenas e dos atores da regionalização, de forma que há disputas políticas e econômicas não só entre as regiões, mas entre os atores dessa região, acentuando esse caráter político que recobre a região, pois “diversas questões relacionadas à regionalização remetem, diretamente, aos temas da agenda política” (RIBEIRO, 2004, p. 210).

Há duas faces envolvidas: primeiro, a região cria os atores, os interesses e as instituições regionais. Depois, esses atores, interesses e instituições criam a região. Isso leva, segundo Ribeiro (2004), a um importante questionamento sobre o que é a região e qual sua concepção mais apropriada:

O reconhecimento destas faces, mutuamente condicionadas, estimula o retorno à tradicional (e angustiante) questão: o que é, afinal, uma região? Qual é a mais útil e correta definição de região? Estas perguntas assombraram geógrafos, planejadores e outros cientistas sociais até o momento de sua secundarização nos estudos do território. O que explica esta secundarização? Um caminho de resposta a esta indagação é oferecido pela própria escolha temática do seminário: não mais a região e, sim, a regionalização. O que significa esta troca temática? (RIBEIRO, 2004, p. 199).

Uma outra visão sobre a região emerge com o humanismo, outra corrente que surge nos anos 1970 e ganha força na Geografia. Entretanto, de acordo com Gomes (2007), a análise regional e a regionalização perdem força nessa abordagem, que valoriza o espaço vivido e as experiências, na compreensão de que “para compreender uma região é preciso viver a região” (GOMES, 2007, p. 67).

Voltando à dimensão mais geral da região, concorda-se com Lencioni (1999), ao destacar que o conceito de região “parte de uma reflexão política de base territorial” (LENCIONI, 1999, p. 194), carregando em si um jogo de interesses determinados e colocando em discussão os limites da autonomia diante de um poder central. Dessa forma, a região traz em sua particularidade questões gerais, não estando alheias às leis dos processos socioespaciais. Simplificações e reduções estratégicas é que dão a ideia de homogeneidade das regiões.

A discussão sobre a região e a regionalização, vistas como um campo de interesses políticos, ganha relevância também para os estudos sobre as questões internacionais. Portanto, é preciso avançar nessa discussão, para além da Geografia, na interface com outros campos, como as Relações Internacionais, visto que, como observa Richard (2014, p. 3) “os geógrafos mostram-se, em geral, mais interessados na região de escala infra estatal do que nos grandes conjuntos regionais multiestatais” (o autor prefere os termos “multiestatais” ou “supraestatais” em vez de “supranacionais”).

A discussão sobre a região para além da Geografia, em diálogo com as Relações Internacionais

O conceito de região auxilia na compreensão da distinção entre a Geografia e os demais campos das Ciências Humanas, como propõe Corrêa (2002). Em outros campos é comum que a região seja vista apenas como um arranjo espacial delimitado, ou seja, uma conceituação mais imprecisa. É preciso conhecer a existência da noção da região em outros domínios, como alerta Gomes (2007):

Na geografia, o uso desta noção de região é um pouco mais complexo, pois ao tentarmos fazer dela um conceito científico, herdamos as indefinições e a força de seu uso na linguagem comum e a isto se somam as discussões epistemológicas que o emprego mesmo deste conceito nos impõe (GOMES, 2007, p. 54).

Mesmo que os geógrafos ainda se interessem pouco pelos grandes conjuntos regionais, como defende Richard (2014)³, em outros campos disciplinares o interesse nem sempre é acompanhado de uma discussão rigorosa no uso do conceito, o que esvazia a compreensão sobre a dimensão política da região.

Na Biologia, na Matemática e na Geologia, para Gomes (2007), a noção de região se refere a uma localização de um determinado domínio. Nesse sentido seu uso estaria mais próximo da etimologia da palavra, ou seja, “uma área definida por uma regularidade de propriedades que a definem” (GOMES, 2007, p. 54).

Na Economia a região é abordada de forma pragmática, de acordo com Kayser (1984), que afirma que os geógrafos, por outro lado, buscam fazer uma análise política *genuína*, a partir de conhecimentos de uma teoria geral:

No entanto, ao distinguir o geógrafo do economista, a ênfase foi justamente colocada no realismo pragmático do primeiro: no estudo das modalidades da intervenção necessária do Estado, enquanto os economistas procuram identificar modelos ou aplicar cálculos teóricos, os geógrafos tentam argumentar com base em um conhecimento visando uma teoria geral: uma verdadeira análise política (KAYSER, 1984, p. 225, traduzido pelo autor⁴).

Na Geografia, como visto, o estudo sobre a região é fundante da área, enquanto nas Relações Internacionais o interesse mais aprofundado pela região é mais recente, iniciando-se nas teorias sobre a integração regional, na década de 1950, mas ganhando força a partir dos anos 1990, com os construtivistas. A noção de “Complexos de Segurança Regional”, de Buzan e Weaver (2003), elevou a região para o mainstream teórico da área, tornando-a essencial para a compreensão do sistema internacional. Apesar desse frisson, nas teorias ortodoxas das Relações Internacionais ainda há uma simplificação da visão sobre a região e as demais instâncias do espaço, tomando-o como um receptáculo, ignorando os processos e as dinâmicas socioespaciais, como exposto por Sjöberg (2008).

No campo das Relações Internacionais a região costuma ser definida “como um conjunto de Estados vizinhos ligados por acordos regionais” (RICHARD, 2014, p. 9). Isso cria um problema conceitual adicional, pois, além de ignorar o papel de outros atores, que não o Estado, traz confusão entre o que é região e o que é o “regional”, no sentido do processo de regionalização. Isso faz com que “‘região’ e ‘regionalismo’ sejam tomados como termos ambíguos, acarretando em um consenso limitado no debate sobre suas definições (HURRELL, 1995). Mas, assim como visto nas definições de geógrafos, Hurrell (1995) usa o elemento “coesão” como primordial para a ideia de região.

Sobre esse aspecto, o internacionalista Söderbaum (2003) faz uma análise de que a região tem um papel de destaque na Geografia e nas Ciências Sociais, principalmente em seu âmbito mesorregional, mas principalmente na escala entre o local e o nacional. Já nos estudos internacionais, essa escala se situa preferencialmente entre o nacional e o global. Para ele, portanto,

³ Para reforçar essa ideia, Richard (2014) cita dicionários franceses de geografia, lembrando que na maior parte deles o conceito de região não é utilizado para tratar das regiões supranacionais, além de não possuírem verbetes relativos à “regionalização”, ao “regionalismo” e à “integração regional”.

⁴ “Et pourtant, en distinguant le géographe de l'économiste, on a mis à juste titre l'accent sur le réalisme pragmatique du premier: dans l'étude des modalités de l'intervention nécessaire de l'Etat, << les économistes cherchent à identifier des modèles ou à appliquer des calculs théoriques, les géographes tentent de raisonner à partir d'une connaissance vers une théorie générale: une véritable analyse politique” (KAYSER, 1984, p. 225).

A "região" genérica ocupou uma posição importante nas ciências sociais e geográficas. Historicamente, foi definido, em primeiro lugar, como um espaço entre o nacional e o local (município), principalmente em determinados estados. Esses tipos de regiões são aqui referidas como microrregiões, e podem existir dentro de um determinado estado ou serem de natureza transfronteiriça. O conceito de região também pode se referir a macrorregiões (regiões do mundo), que são unidades ou sub-sistemas territoriais maiores (em contraste com sistemas não territoriais), entre o estado e o nível global do sistema. Finalmente, entre os dois níveis, há mesorregiões: acordos e processos intermediários ou não estatais. Em estudos internacionais, a macrorregião tem sido o nível ou objeto de análise mais comum. (SÖDERBAUM, 2003, p. 6, traduzido pelo autor⁵).

Os geógrafos contribuem na definição do conceito de região ao atentarem para o fato de que a região é uma construção social (RICHARD, 2014). Acredita-se que, com base em uma Geografia das Relações Internacionais, como proposto por Senhoras (2015) e Vitte (2023), a Geografia e as Relações Internacionais possam se beneficiar mutuamente desse diálogo, recebendo grande aporte para a interpretação de processos socioespaciais. Como exposto por Sjöberg (2008), essa associação tem um grande contributo, por exemplo, para a compreensão dos processos de integração regional, ao se compreender a perspectiva multiescalar e associativa da região, que produz consequências políticas subnacionais, nacionais, supranacionais e globais.

As regiões envolvem necessariamente uma dimensão geográfica e carregam em si um jogo de interesses determinados, como propõem Hettne e Söderbaum (1998). Falar em região é também falar em métodos e procedimentos de regionalização, como demonstrou Haesbaert (2014).

Agnew (1999) separa a região em dois tipos, regiões na mente e regiões da mente, propondo que nenhuma das duas concepções de região tem primazia por si só, devendo-se compreender seu aspecto relacional:

Os esquemas regionais nunca são simplesmente intelectuais. Também não são simplesmente políticos. Eles lidam com os fatos sobre o mundo ao mesmo tempo que eles devem refletir as tendências, intelectual e política, de seus criadores. Mas, finalmente, as formas como os esquemas mundiais regionais estão sendo inventados e impostos estão atraindo a atenção necessária. O que resta é classificar de forma mais satisfatória a base filosófica para a nossa exploração de tais esquemas (AGNEW, 1999, p. 95, traduzido pelo autor⁶).

Na mesma direção, ao analisar o lugar da região nas Relações Internacionais, Oliveira (2017), citando Agnew (2013), aponta que, embora a região seja costumeiramente tomada como uma evidência geográfica localizada entre a escala nacional e a escala global, é preciso

⁵ "The generic 'region' has occupied an important position in the geographical and social sciences. Historically it has been defined first and foremost as a space between the national and the local (municipality), primarily within particular states. These types of regions are here referred to as micro-regions, and they can exist within a particular state or be cross-border in nature. The concept of region can also refer to macro-regions (world regions), which are larger territorial (in contrast to non-territorial) units or sub-systems, between the state and the global system level. Finally, between the two levels there are meso-regions: mid-range state or non-state arrangements and processes. In international studies, the macro-region has been the most common level or object of analysis" (SÖDERBAUM, 2003, p. 6).

⁶ "Regional schemes are never simply intellectual. Neither are they simply political. They play with facts about the world at the same time they must reflect the biases, intellectual and political, of their originators. But at long last the ways world-regional schemes have been invented and imposed are attracting much needed attention. What remains is to sort out more satisfactorily the philosophical basis to our exploration of such schemes" (AGNEW, 1999, p. 95).

repensar a região como um artefato, para não se perderem de vista as questões políticas que a permeiam:⁷

“(…) Eu gostaria de sugerir que repensar as regiões como artefatos pode nos permitir reconhecer que elas podem ser capturadas por narrativas totalizantes que despolitizam seu caráter como entidades construídas, bem como as geografias imaginativas enredadas e perpetuadas por essas narrativas” (OLIVEIRA, 2017, p. 111, traduzido pelo autor).

Apesar do reconhecimento de sua importância em diversos campos do conhecimento, a região vive ondas cíclicas de desprestígio, naquilo que Haesbaert chama de “morte e vida da região” (HAESBAERT, 2014, p. 37). A compreensão sobre a vida e a morte da região, intimamente ligada à percepção sobre o caráter político dos processos de regionalização, parece ser um aspecto de reforço de sua importância para os estudos sobre as questões internacionais.

A importância da região para os estudos sobre as questões internacionais

A importância da região para os estudos sobre as questões internacionais será aqui tratada em duas dimensões: nos estudos sobre a política internacional, de forma geral, com base na discussão trazida por Sjöberg (2008), e nos estudos sobre a integração regional, com base na discussão realizada por Luigi (2017, 2019, 2022). De forma geral, discutir a região na política regional está ligado a uma necessidade de se compreender, como já foi tratado, que a região não é um mero espaço-receptáculo.

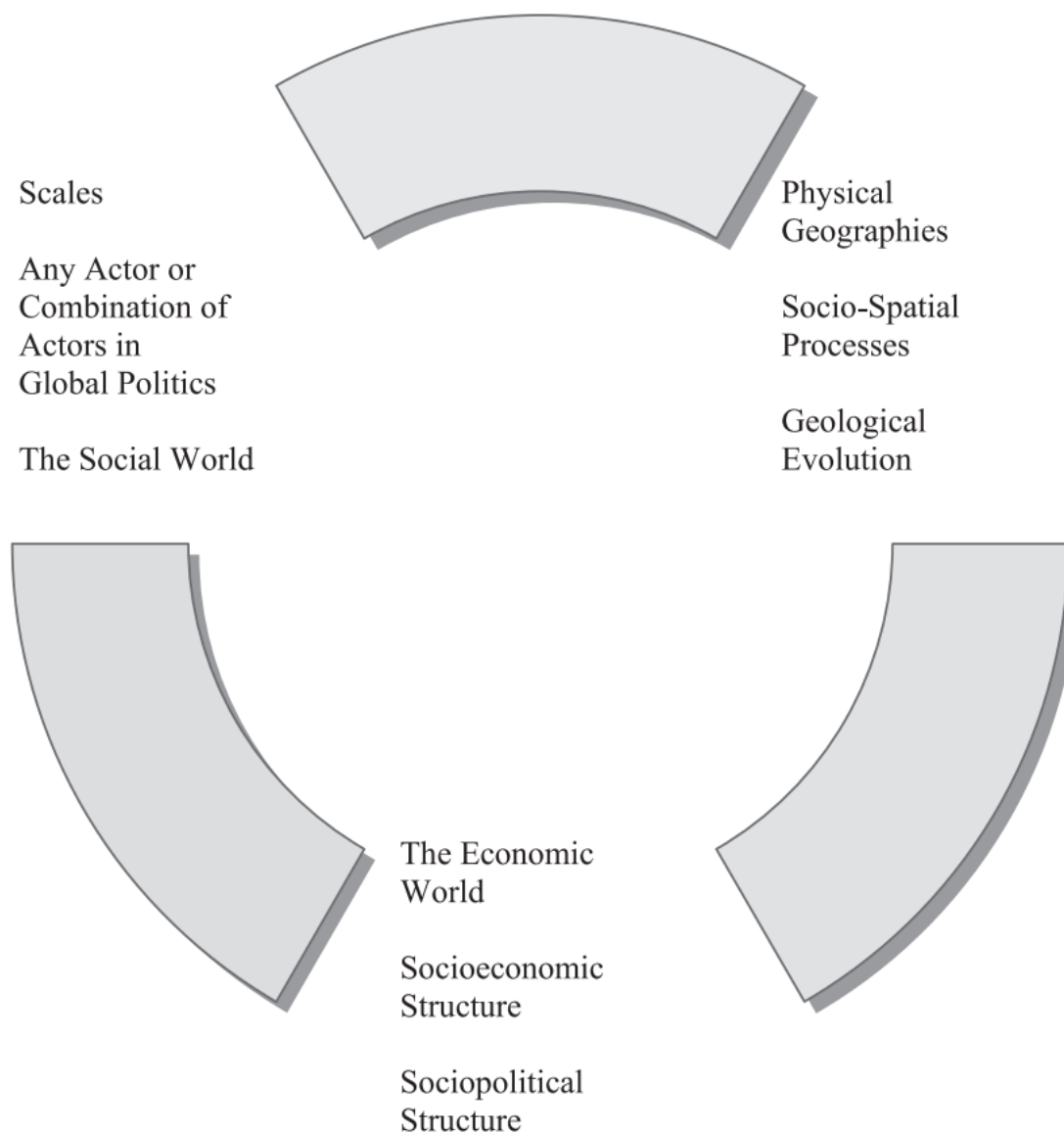
Embora não esteja tratando diretamente da região ao fazer sua proposição, Sjöberg (2008) critica a abordagem convencional das Relações Internacionais em torno dos níveis de análise, que ignora a noção geográfica de escala e, de forma geral, acaba ignorando também a dimensão espacial dos fenômenos em sua multiescalaridade. A autora usa o exemplo dos atentados do 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e as respostas dadas a eles, como evidências da necessidade de se trazer um maior debate para as Relações Internacionais sobre a espacialidade dos fenômenos internacionais: “as respostas domésticas e internacionais aos ataques do 11/09 centraram-se muitas vezes em torno de aspectos físicos do espaço em diferentes escalas: urbana, regional e nacional”, para citar algumas” (SJOBERG, 2008, p. 497).

A contribuição da Geografia para as Relações Internacionais, segundo Sjöberg (2008), ocorre principalmente por intermédio da Geografia Política e da noção de escala, o que leva a autora a propor uma abordagem de processos escalares com base nas teorias geográficas como forma de substituir os intermináveis debates nas Relações Internacionais sobre onde e por que as políticas globais ocorrem (em torno do nível de análise e da questão “agente-estrutura”).

A abordagem espacial da política global proposta por Sjöberg (2008), exposta na figura 1, está organizada em três dimensões distintas: na primeira dimensão estão as escalas, os atores da política global e o mundo social; na segunda, a Geografia Física, os processos socioespaciais e a evolução geológica; por fim, a economia-mundo, a estrutura socioeconômica e a estrutura sociopolítica.

⁷ “(…) I would like to suggest that rethinking regions as artifacts might enable us to recognise that they can be captured by totalising narratives that depoliticise their character as constructed entities as well as the imaginative geographies enmeshed in and perpetuated by these narratives” (OLIVEIRA, 2017, p. 111).

Figura 1: Esquema de abordagem espacial da política global



Fonte: Sjoberg (2008, p. 486).

Essas três dimensões se co-constituem na formação da política global. Nessa perspectiva multiescalar, o espaço e a região podem aparecer de diversas formas, em diversos âmbitos, ora atravessando as dimensões propostas, ora servindo para evidenciar determinados recortes espaciais. Existem regiões em diferentes escalas, com diferentes morfologias e determinadas/ determinantes em relação a diversas estruturas socioeconômicas e sociopolíticas. Evidenciar esses aspectos na construção de uma ideia de região nos permite compreender os jogos de interesse que há por detrás dela, não naturalizando a região como um fato, mas a entendendo como um artifício.

A multidimensionalidade do conceito de escala adotada pelos geógrafos, em sua leitura da política internacional, é vista como capaz de promover a reconciliação entre as aparentes contradições das noções de globalização, regionalismo e localização, como expõe Luigi (2022):

(...) mas nem por isso se deve perceber a escala como um nível de análise dos fenômenos sociais. A escala é uma estratégia de apreensão da realidade na impossibilidade de compreendê-la como um todo. Não deve ser entendida tampouco como a realidade fragmentada, mas como estratégia mesma de aproximação do real. Além da necessidade de se trazer a discussão sobre a região para o entendimento da política internacional, de forma geral, no caso específico dos estudos sobre integração regional isso tem sido requerido (LUIGI, 2022, p. 157-158).

O exemplo, na área da integração regional, da desintegração da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), expõe a importância de um entendimento amplo sobre o conceito de região para os estudos sobre as questões internacionais. A Unasul, uma organização internacional voltada para a integração regional, criada em 2008 e esvaziada pela maior parte dos seus membros (em um processo que tem seu ápice em 2018), foi pensada sempre como um destino fundamental para os seus estados membros, por conta de compartilharem uma mesma região. Entretanto, o não compartilhamento das mesmas ideologias políticas foi um dos motivos principais de sua desmobilização (LUIGI, 2022).

A compreensão sobre a região enquanto conceito permite revelar também o oposto das iniciativas de integração regional: os processos de desintegração. A dissolução da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é significativa de como a região não é um receptáculo do espaço, mas um espaço delimitado de acordo com determinados critérios de unidade que não apagam as possíveis diferenças. Essa associação entre unidades, que promovem semelhanças e diferenças, também pode ser um fator de desequilíbrio dentro de uma região. Vitte e Luigi (2023) chamam a atenção para o fato de a Unasul prescindir, para um possível revival, de uma série de fatores que dizem respeito a sua região, a América do Sul:

No âmbito da América do Sul, a reconstrução desta iniciativa de integração regional dependerá de alguns fatores, tais como a necessária estabilização política dos países-membros, garantindo um sentimento de paz no entorno regional; da situação interna do Brasil, o incontestável líder regional, que se encontra politicamente muito dividido; da retomada do crescimento econômico, condição fundamental para a busca de resolução de problemas centenários na região, como a desigualdade, pobreza e violência; das definições de disputas eleitorais em países da região, onde se observa a ascensão de candidatos identificados com a extrema direita (VITTE; LUIGI, 2023, s/p).

A integração regional é considerada uma forma de cooperação mais profunda entre os Estados, baseada no regionalismo, definido como o princípio que norteia a integração regional, e que deve ser qualificado de forma a se conhecer a motivação por trás dos processos de regionalização, que refletem ideologias e interesses políticos, como exposto em LUIGI (2019):

As regionalizações refletem as tendências intelectuais e políticas de seus formuladores, enquanto, simultaneamente, interagem com as questões do mundo, não podendo ser naturalizadas, no caso das organizações internacionais. Sofrem influências de ideologias, entendidas grosseiramente como visões de mundo, o que por si só, não deve ser considerado algo positivo ou negativo. Existe a tendência de as ideologias transformarem interesses particulares em interesses coletivos e, desta forma, são criados e encerrados projetos de integração regional (LUIGI, 2019, p. 166).

Movimentos recentes como o interregionalismo e uma possível “desglobalização” provocadora de desregionalização modificam profundamente a lógica da integração regional. Não a desvalorizam enquanto conceito, mas, pelo contrário, chamam a atenção para a complexidade de suas motivações, que não podem ser resumidas em um destino espacial

comum, dada a contiguidade da localização espacial dos vizinhos regionais, e, muito menos, a um recorte espacial possível de ser matematizado, como se fosse possível abstrair ideologias e vontades políticas nos processos regionais.

Considerações finais

Definir o conceito geográfico de região como uma unidade espacial específica, representando as diferenças espaciais entre determinadas porções do espaço, é uma contribuição da Geografia para as discussões políticas em geral. Compreender o processo de regionalização, ou seja, de estabelecimento de regiões, permite perceber mais claramente como a região funciona como mecanismo de organização político-territorial, sendo a divisão regional um instrumento de lutas políticas, disputas econômicas e de controle. Os temas regionais, portanto, remetem a questões políticas, as orientandos e sendo por elas orientados.

A discussão sobre a região precisa, portanto, transcender a Geografia, e esse trabalho é mais uma tentativa de avanço no diálogo com as Relações Internacionais, no subcampo da Geografia das Relações Internacionais. O estudo sobre a região acompanhou a história do pensamento geográfico, chegando até mesmo a ser visto como método em determinado momento, além de objeto de estudos e conceito-chave. Nas Relações Internacionais, o interesse pela região é mais recente, começando pelas teorias sobre a integração regional, na década de 1950, e ganhando novo significado a partir dos anos 1990, nos estudos construtivistas sobre a segurança internacional.

As teorias tradicionais das Relações Internacionais ainda vêm o espaço de forma simplificada e o mesmo acontece com a região, tomada como um receptáculo, o que ocasiona que se ignorem os processos e as dinâmicas socioespaciais. A proposta apresentada foi a de levantar esse diálogo sobre a necessidade de se avançar, no estudo dos fenômenos internacionais, na incorporação das discussões sobre a região, de forma a entender a complexidade das questões internacionais contemporâneas, como a integração regional e suas múltiplas dimensões, um dos casos analisados, ou a incorporação das escalas geográficas na abordagem dos processos da política internacional, o outro caso abordado.

Referências

AGNEW, J. Arguing with regions. *Regional Studies*, Brighton, v. 47, n. 1, p. 6-17, mai. 2012.

AGNEW, J. Regions on the mind is not equal regions of the mind. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 1, p. 91-96, mar. 1999.

BUZAN, B.; WEAVER, O. *Regions and powers: The structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CORRÊA, R. L. *Região e organização especial*. 7. edição. São Paulo: Editora Ática, 2002.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HETTNE, B.; SÖDERBAUM, F. "The new regionalism approach". *Politeia*, vol. 17, n. 3, 1998.

HURRELL, A. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 23-59, 1995.

KAYSER, B. La région, revue et corrigée. Hérodote. Paris, n°. 33-34, abr./set., 1984.

LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LUIGI, R. *A integração regional na América do Sul: a efetividade da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)* (Tese de Doutorado em Geografia). Campinas: Unicamp, 2017.

LUIGI, R. Diálogos entre as Relações Internacionais e a Geografia: Integração Regional, Níveis de Análise e Escala. In: SENHORAS, Elói Martins; TEIXEIRA, Vinicius Modolo. (Org.). *Geografia das Relações Internacionais: Homenagens à Intelectual, Claudete de Castro Silva Vitte*. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

LUIGI, R. Região e Integração Regional: o conceito geográfico e a teoria internacionalista. In: SENHORAS, E. M.; VITTE, C. C. S.; ROCHA, A. S. (Org.). *Geografia e Relações Internacionais: Debates Temáticos!* Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

OLIVEIRA, J. S. C. "The place of the region in IR". *Contexto Internacional*, vol.39, n.1, 2017.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). *Brasil, século XXI – por uma nova regionalização?: Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

RICHARD, Y. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. *Confins* [Online]. n. 20, 2014.

SENHORAS, E. M. "A episteme da geografia das relações internacionais". *Revista Intellector*, vol. XI, n. 22, 2015.

SJOBERG, L. Scaling IR theory: geography's contribution to where IR takes place. *International Studies Review*. Oxford, vol. 10, n. 3, p. 472-500, 2008.

SÖDERBAUM, F. Introduction: theories of new regionalism. In: SÖDERBAUM, F.; SHAW, T. M. (eds.). *Theories of new regionalism*. A Palgrave Reader. Houndmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

VITTE, C. C. S. À guisa de introdução: Geografia das relações internacionais no vasto horizonte das geografias possíveis. In: VITTE, C. C. S.; BLUM, G. G. (org.). *Geografia das Relações Internacionais da América Latina e Caribe*. Curitiba: Editora Appris. 2023.

VITTE, C. C. S.; LUIGI, R. *O revival da Unasul: uma contribuição ao debate*. Le Monde Diplomatique Brasil, 2023. Disponível em em: <https://diplomatie.org.br/o-revival-da-unasul-uma-contribuicao-ao-debate/>. Acesso em 03 jul. 2023.